

Tibre Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.

Empresa da Organização Bradesco
CNPJ 62.042.890/0001-51
Sede: Cidade de Deus - Prédio Prata - 4º Andar - Vila Yara - Osasco - SP

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Cotistas,

Submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2016, da Tibre Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. (Tibre DTVM), de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

No exercício, a Tibre DTVM registrou Lucro Líquido de R\$ 4,4 milhões, Patrimônio Líquido de R\$ 55,5 milhões e Ativos Totais de R\$ 58,2 milhões.

Osasco, SP, 1º de fevereiro de 2017.

Diretoria

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO - Em Reais mil

	2016	2015		2016	2015
ATIVO			PASSIVO		
CIRCULANTE	58.029	53.195	CIRCULANTE	2.660	2.197
DISPONIBILIDADES (Nota 4)	41	46	OUTRAS OBRIGAÇÕES	2.660	2.197
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS (Nota 5a)	57.959	53.141	Sociais e Estatutárias (Nota 10d)	42	33
Carteira Própria	57.959	53.141	Fiscais e Previdenciárias (Nota 9a)	2.497	2.087
OUTROS CRÉDITOS	29	8	Diversas (Nota 9b)	121	77
Diversos (Nota 6)	29	8			
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	133	138	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	55.506	51.140
OUTROS CRÉDITOS	133	138	Capital:		
Diversos (Nota 6)	133	138	- De Domiciliados no País (Nota 10a)	28.200	26.400
PERMANENTE	4	4	Reservas de Lucros (Nota 10c)	27.306	24.740
INVESTIMENTOS (Nota 7)	4	4			
Outros Investimentos	47	47			
Provisões para Perdas	(43)	(43)			
TOTAL	58.166	53.337	TOTAL	58.166	53.337

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - Em Reais mil

	2º Semestre		Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2016	2016	2015	2015
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	3.731	7.220	6.393	6.393
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários (Nota 5c)	3.731	7.220	6.393	6.393
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	3.731	7.220	6.393	6.393
OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS	1.044	713	(496)	(496)
Outras Despesas Administrativas (Nota 11)	(101)	(209)	(153)	(153)
Despesas Tributárias (Nota 12)	(266)	(451)	(316)	(316)
Outras Receitas Operacionais (Nota 13a)	1.498	1.500	1.500	1.500
Outras Despesas Operacionais (Nota 13b)	(87)	(127)	(27)	(27)
RESULTADO OPERACIONAL	4.775	7.933	5.897	5.897
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	4.775	7.933	5.897	5.897
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (Nota 15a)	(2.111)	(3.525)	(2.431)	(2.431)
Provisão para Imposto de Renda	(1.156)	(1.933)	(1.414)	(1.414)
Provisão para Contribuição Social	(976)	(1.608)	(967)	(967)
Ativo Fiscal Diferido	21	16	(50)	(50)
LUCRO LÍQUIDO	2.664	4.408	3.466	3.466
Número de cotas (Nota 10a)	28.200.000	28.200.000	26.400.000	26.400.000
Lucro por lote de mil cotas em R\$	94,47	156,31	131,29	131,29

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

1) CONTEXTO OPERACIONAL

A Tibre Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. ("Tibre DTVM" ou "Instituição") é uma instituição financeira que tem por objetivo efetuar operações de intermediação no mercado aberto, além de gerir e administrar recursos de terceiros. É parte integrante da Organização Bradesco, sendo suas operações conduzidas de forma integrada a um conjunto de empresas que atuam nos mercados financeiro e de capitais, utilizando-se de seus recursos administrativos e tecnológicos e suas demonstrações contábeis devem ser entendidas neste contexto.

2) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
As demonstrações contábeis foram elaboradas a partir das diretrizes contábeis emanadas das Leis nº 4.595/64 (Lei do Sistema Financeiro Nacional) e 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações) com as alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e 11.941/09, para a contabilização das operações, associadas às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BACEN). Incluem estimativas e premissas, tais como: estimativas do valor justo de determinados instrumentos financeiros e perdas por redução ao valor recuperável (impairment) de ativos não financeiros; e outras provisões. Os resultados efetivos podem ser diferentes daqueles estabelecidos por essas estimativas e premissas. As demonstrações contábeis foram aprovadas pela Administração em 1º de fevereiro de 2017.

3) PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Moeda funcional e de apresentação
As demonstrações contábeis estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Instituição.

b) Apreciação do resultado
O resultado é apurado de acordo com o regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento. As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate, e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são apresentadas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As receitas e despesas de natureza financeira são contabilizadas pelo critério *pro rata* dia e calculadas com base no método exponencial. As operações com taxas pós-fixadas são atualizadas até a data do balanço.

c) Caixa e equivalentes de caixa
Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda, aplicações no mercado aberto e aplicações em depósitos interfinanceiros, cujo vencimento das operações, na data da efetiva aplicação, seja igual ou inferior a 90 dias e apresentem risco insignificante de mudança de valor justo. Esses recursos são utilizados pela Instituição para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

d) Títulos e valores mobiliários - classificação
• Títulos para negociação - adquiridos com o propósito de serem ativa e frequentemente negociados. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período;
• Títulos disponíveis para venda - são aqueles que não se enquadram como para negociação nem como mantidos até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período e ajustados ao valor de mercado em contrapartida ao patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários, os quais só serão reconhecidos no resultado quando da efetiva realização. A Instituição não possui títulos classificados nesta categoria; e
• Títulos mantidos até o vencimento - adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período. A Instituição não possui títulos classificados nesta categoria.

Os títulos e valores mobiliários classificados nas categorias de negociação e disponível para venda, bem como os instrumentos financeiros derivativos, são demonstrados no balanço patrimonial pelo seu valor justo estimado. O valor justo gerencial baseia-se em cotações de preços de mercado ou cotações de preços de mercado para ativos ou passivos com características semelhantes. Se esses preços de mercado não estiverem disponíveis, os valores justos são baseados em cotações de operadores de mercado, modelos de precificação, fluxo de caixa descontado ou técnicas similares, para as quais a determinação do valor justo possa exigir julgamento ou estimativa significativa por parte da Administração.

e) Imposto de renda e contribuição social (ativo e passivo)
Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, calculados sobre adições temporárias, são registrados na rubrica "Outros Créditos - Diversos", e as provisões para as obrigações fiscais diferidas são registradas na rubrica "Outras Obrigações - Fiscais e Previdenciárias". Os créditos tributários sobre as adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Tais créditos tributários são reconhecidos contabilmente com base nas expectativas atuais de realização, considerando os estudos técnicos e análises realizadas pela Administração.

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10%. A contribuição social sobre o lucro foi calculada até agosto de 2015, considerando a alíquota de 15%. Para o período compreendido entre setembro de 2015 e dezembro de 2016, a alíquota foi alterada para 20%, conforme Lei nº 13.169/15, retornando à alíquota de 15% a partir de janeiro de 2019. Em decorrência da alteração da alíquota, a Tibre DTVM constituiu, em setembro de 2015, um complemento do crédito tributário de contribuição social, considerando as expectativas anuais de realização e as suas respectivas alíquotas vigentes em cada período, de acordo com o estudo técnico realizado. Foram constituídas provisões para os demais impostos e contribuições sociais, de acordo com as respectivas legislações vigentes.

f) Investimentos
Os incentivos fiscais e outros investimentos são avaliados pelo custo de aquisição, deduzidos de provisão para perdas/redução ao valor recuperável (impairment), quando aplicável.

g) Redução ao valor recuperável de ativos (impairment)
Os ativos financeiros e não financeiros são avaliados para verificar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido uma perda no seu valor contábil.

b) Classificação por categorias e prazos

Títulos (1)	2016			2015		
	1 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Valor de mercado/contábil (2)	Valor de mercado/contábil (2)
Títulos para negociação (3):						
Letras financeiras do tesouro	32.969	-	652	20.003	53.624	27.525
Debêntures	-	-	681	-	681	1.463
Operações compromissadas	-	-	-	-	-	14.668
Outros	-	1.420	2.234	-	3.654	9.485
Total em 2016	32.969	1.420	3.567	20.003	57.959	53.141
Total em 2015	14.865	3.163	2.216	32.897		

(1) As aplicações em cotas de fundos de investimentos são efetuadas em fundos exclusivos administrados pela Organização Bradesco e foram distribuídas de acordo com os papéis que compõem suas carteiras, preservando a classificação da categoria dos fundos. Na distribuição dos prazos, foram considerados os vencimentos dos papéis, independentemente de sua classificação contábil;
(2) Nas aplicações em fundos de investimento, o custo atualizado reflete o valor de mercado das respectivas cotas; e
(3) Para fins de apresentação do Balanço Patrimonial os títulos classificados como "para negociação" estão demonstrados no ativo circulante.

c) Resultado de títulos e valores mobiliários
Corresponde ao resultado de títulos de renda fixa no montante de R\$ 7.220 mil (2015 - R\$ 6.393 mil).

d) A Tibre DTVM não operou com instrumentos financeiros derivativos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015.

6) OUTROS CRÉDITOS - DIVERSOS

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2016	2015
Créditos tributários (Notas 15c e d)	151	135
Outros	11	11
Total	162	146

7) INVESTIMENTOS

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2016	2015
Investimentos por incentivos fiscais	46	46
Títulos patrimoniais	1	1
Subtotal	47	47
Provisão para perdas em investimentos por incentivos fiscais	(43)	(43)
Total	4	4

8) ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES LEGAIS - FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS
a) Ativos contingentes
Não são reconhecidos contabilmente ativos contingentes.

b) Passivos contingentes classificados como perdas possíveis e prováveis
A Instituição mantém um sistema de acompanhamento para todos os processos administrativos e judiciais em que a Instituição figura como "autora" ou "ré" e, amparada na opinião dos assessores jurídicos, classifica as ações de acordo com a expectativa de insucesso. Periodicamente são realizadas análises sobre as tendências jurisprudenciais e efetivas, se necessária, a reclassificação dos riscos desses processos. Neste contexto, os processos contingentes avaliados como de risco de perda possível não são reconhecidos contabilmente.

Em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, não há processos contingentes avaliados como de perda possível e/ou provável de natureza relevante.

9) OUTRAS OBRIGAÇÕES

a) Fiscais e previdenciárias

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2016	2015
Impostos e contribuições sobre o lucro a pagar	2.467	2.058
Impostos e contribuições a recolher	30	29
Total	2.497	2.087

b) Diversas
Referem-se à provisão para pagamento de publicações legais no montante de R\$ 75 mil (2015 - R\$ 77 mil) e provisão para honorários advocatícios no montante de R\$ 46 mil.

10) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social
O capital social no montante de R\$ 28.200 mil (2015 - R\$ 26.400 mil), totalmente subscrito e integralizado é composto por 28.200.000 (2015 - 26.400.000) de cotas com valor nominal de R\$ 1,00 cada.

b) Movimentação do capital social

	Quantidade de cotas		R\$ mil	
	2016	2015	2016	2015
Saldo em 1º de janeiro	26.400.000	25.500.000	26.400	25.500
Aumento de capital com reserva AGO/E (1)	1.800.000	900.000	1.800	900
Saldo em 31 de dezembro	28.200.000	26.400.000	28.200	26.400

(1) Em 25 de abril de 2016, o BACEN aprovou o Instrumento Particular de Alteração do Contrato Social deliberando aumentar o capital social mediante a capitalização de parte do saldo da conta "Reservas de Lucros - Reserva Estatutária" no montante de R\$ 1.800 mil, com a criação de 1.800.000 cotas, do valor nominal de R\$ 1,00 cada uma, atribuídas ao Sócio Cotista Banco Bradesco Financiamentos S.A. (em 26 de maio de 2015, o BACEN aprovou o Instrumento Particular de Alteração do Contrato Social deliberando aumentar o capital social mediante a capitalização de parte do saldo da conta "Reservas de Lucros - Reserva Estatutária" no montante de R\$ 900 mil, com a criação de 900.000 cotas, do valor nominal de R\$ 1,00 cada uma, atribuídas ao Sócio Cotista Banco Bradesco Financiamentos S.A.).

c) Reservas de lucros

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2016	2015
Reservas de lucros	27.306	24.740
- Reserva legal (1)	626	406
- Reserva estatutária (2)	26.680	24.334

(1) Constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do exercício, até atingir 20% do capital social realizado, ou 30% do capital social, acrescido das reservas de capital. Após esse limite a apropriação não mais se faz obrigatória. A reserva legal somente poderá ser utilizada para aumento de capital ou para compensar prejuízos; e
(2) Visando à manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas da Sociedade, pode ser constituída em 100% do lucro líquido remanescente após destinações estatutárias, sendo o saldo limitado a 80% do Capital Social Integralizado. No caso de o saldo das reservas de lucros ultrapassar o limite previsto, a Reunião de Sócios Cotistas deliberará sobre o excesso por meio da integralização como aumento de capital social ou na distribuição de dividendos.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Em Reais mil

Eventos	Capital Social		Reservas de Lucros		Lucros Acumulados	Totais
	2016	2015	Legal	Estatutárias		
Saldos em 30.6.2016	28.200	493	24.175	-	-	52.868
Lucro Líquido	-	-	-	-	2.664	2.664
Destinações - Reservas	-	-	2.505	-	(2.638)	-
- Dividendos Propostos	-	-	-	-	(26)	(26)
Saldos em 31.12.2016	28.200	626	26.680	-	-	55.506
Saldos em 31.12.2014	25.500	232	21.975	-	-	47.707
Aumento de Capital com Reserva (Nota 10b)	900	-	(900)	-	-	-
Lucro Líquido	-	-	-	-	3.466	3.466
Destinações - Reservas	-	-	174	-	(3.433)	-
- Dividendos Propostos	-	-	-	-	(33)	(33)
Saldos em 31.12.2015	26.400	406	24.334	-	-	51.140
Aumento de Capital com Reserva (Nota 10b)	1.800	-	(1.800)	-	-	-
Lucro Líquido	-	-	-	-	4.408	4.408
Destinações - Reservas	-	-	220	-	(4.366)	-
- Dividendos Propostos	-	-	-	-	(42)	(42)
Saldos em 31.12.2016	28.200	626	26.680	-	-	55.506

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA - Em Reais mil

	2º Semestre		Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2016	2016	2015	2015
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais:				
Lucro Líquido antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	4.775	7.933	5.897	5.897
Lucro Líquido Ajustado antes dos Impostos Sociais	4.775	7.933	5.897	5.897
(Aumento) em Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	(3.927)	(4.818)	(4.818)	(4.015)
(Redução) em Outros Créditos	53	84	16	(1)
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	(900)	(3.171)	(1.876)	(1)
Caixa Líquido Proveniente das Atividades Operacionais	1	28	21	(1)
Dividendos Pagos	-	(33)	(26)	(26)
Caixa Líquido (Utilizado) de Atividades de Financiamentos	(33)	(33)	(26)	(26)
Aumento/(Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa	(32)	(5)	(5)	(5)
Caixa e Equivalentes de Caixa - Início do Período	40	46	51	51
Caixa e Equivalentes de Caixa - Fim do Período	41	41	46	46
Aumento/(Redução) Líquida, de Caixa e Equivalentes de Caixa	1	(5)	(5)	(5)

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de processo de falência ou mesmo, um declínio significativo ou prolongado do valor do ativo. Uma perda por redução ao valor recuperável (impairment) de um ativo financeiro ou não financeiro é reconhecida no resultado do período se o valor contábil do ativo ou unidade geradora de caixa exceder o seu valor recuperável.

h) Provisões, ativos e passivos contingentes
O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e passivas e também das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25, o qual foi aprovado pela Resolução nº 3.823/09 do CMN, sendo:
• Ativos contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabam mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo, e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro passivo exigível. Os ativos contingentes, cuja expectativa de êxito é provável, são divulgados nas notas explicativas;
• Provisões: são constituídas levando em consideração a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de Tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável ou que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança; e
• Passivos contingentes: de acordo com o CPC 25, o termo "contingente" é utilizado para passivos que não são reconhecidos, pois a sua existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros e incertos que não estejam totalmente sob o controle da Administração. Os passivos conting

continuação

Tibre Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.

Empresa da Organização Bradesco
CNPJ 62.042.890/0001-51

Sede: Cidade de Deus - Prédio Prata - 4º Andar - Vila Yara - Osasco - SP

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Outras informações

Conforme legislação em vigor, as instituições financeiras não podem conceder empréstimos ou adiantamentos para:
a) Diretores e membros dos Conselhos consultivos ou administrativo, fiscais e semelhantes, bem como aos respectivos cônjuges e parentes até o 2º grau;
b) Pessoas físicas ou jurídicas que participem de seu capital, com mais de 10%; e
c) Pessoas jurídicas de cujo capital participem, com mais de 10%, a própria instituição financeira, quaisquer diretores ou administradores da própria instituição, bem como seus cônjuges e respectivos parentes até o 2º grau.
Dessa forma, não são efetuados pelas instituições financeiras empréstimos ou adiantamentos a qualquer subsidiária, membros do Conselho de Administração ou da Diretoria Executiva e seus familiares.

15) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2016	2015
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	7.933	5.897
Encargo total do imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes (1)	(3.569)	(2.653)
Efeito das adições e exclusões no cálculo dos tributos:		
Despesas indedutíveis liquidas de receitas não tributáveis	(26)	(2)
Crédito tributário (2)	-	10
Outros valores	70	214
Imposto de renda e contribuição social do exercício	(3.525)	(2.431)

(1) Alíquotas vigentes: (i) de 25% para o imposto de renda; (ii) de 15% para a contribuição social até agosto de 2015 e de 20%, de setembro de 2015 até dezembro de 2018, de acordo com a Lei nº 13.169/15; e
(2) Constituição de crédito tributário relativo à majoração de alíquota da contribuição social, conforme Lei nº 13.169/15.

b) Composição da conta de resultado de imposto de renda e contribuição social

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2016	2015
Impostos correntes		
Imposto de renda e contribuição social, devidos	(3.540)	(2.441)
Impostos diferidos		
Constituição (realização) no exercício, sobre adições temporárias	15	10
Imposto de renda e contribuição social do exercício	(3.525)	(2.431)

c) Origem dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos

	R\$ mil			
	Saldo em 31.12.2015	Constituição	Realização	Saldo em 31.12.2016
Provisões para perda com incentivos fiscais	103	-	-	103
Outras provisões (1)	32	127	(111)	48
Total dos créditos tributários sobre diferenças temporárias (Nota 6)	135	127	(111)	151

(1) Valores referentes à provisão para publicação e honorários advocatícios.

d) Previsão de realização dos créditos tributários sobre diferenças temporárias

	Em 31 de dezembro de 2016 - R\$ mil		
	Imposto de renda	Contribuição social	Total
2017	17	12	29
2018	22	14	36
2019	22	14	36
2020	17	12	29
2021	12	9	21
Total (Nota 6)	90	61	151

A projeção de realização de crédito tributário é uma estimativa e não está diretamente relacionada à expectativa de lucros contábeis. O valor presente dos créditos tributários, calculado considerando a taxa média de captação, líquida dos efeitos tributários, monta a R\$ 141 mil (2015 - R\$ 129 mil).

Todos os créditos tributários da Tibre DTVM foram devidamente ativados.

16) OUTRAS INFORMAÇÕES

a) Gerenciamento de riscos

A atividade de gerenciamento dos riscos é altamente estratégica em virtude da crescente complexidade dos serviços e produtos, e da globalização dos negócios da Organização Bradesco. O dinamismo dos mercados nos conduz a um constante aprimoramento desta atividade, na busca das melhores práticas. A Organização Bradesco exerce o controle corporativo dos riscos de modo integrado e independente, preservando e valorizando o ambiente de decisões colegiadas, desenvolvendo e implementando metodologias, modelos, ferramentas de mensuração e controle. A Tibre DTVM, como parte integrante da Organização Bradesco adota a estrutura de gerenciamento de riscos desta, no gerenciamento de risco de crédito, de mercado, de liquidez e operacional.

b) Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu vários pronunciamentos contábeis, bem como suas interpretações e orientações, os quais serão aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovados pelo CMN. Os pronunciamentos contábeis já aprovados pelo CMN foram:

- Resolução nº 3.566/08 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos (CPC 01);
- Resolução nº 3.604/09 - Demonstração do Fluxo de Caixa (CPC 03);
- Resolução nº 3.750/09 - Divulgação sobre Partes Relacionadas (CPC 05);
- Resolução nº 3.823/09 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes (CPC 25);
- Resolução nº 3.973/11 - Evento Subsequente (CPC 24);
- Resolução nº 3.989/11 - Pagamento Baseado em Ações (CPC 10);
- Resolução nº 4.007/11 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro (CPC 23);
- Resolução nº 4.144/12 - Estrutura Conceitual para a Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis; e
- Resolução nº 4.424/15 - Benefícios a Empregados (CPC 33).

Atualmente, não é possível estimar quando o CMN irá aprovar os demais pronunciamentos contábeis do CPC e tampouco se a adoção dos mesmos será de maneira prospectiva ou retrospectiva.

c) Não houve eventos subsequentes que, requeiram ajustes ou divulgações, nas demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2016.

A DIRETORIA

Luiz Filipe Lopes Soares – Contador – CRC 1SP208127/O-5

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Cotistas e aos Administradores da

Tibre Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.

Osasco - São Paulo

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Tibre Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. ("Instituição"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Tibre Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Contudo, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamos-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Osasco, 20 de fevereiro de 2017

KPMG

KPMG Auditores Independentes

CRC 2SP028567/O-1 F-SP

André Dala Pola
Contador CRC 1SP214007/O-2

INFORMAÇÃO TEM EM TODO LUGAR.

INFORMAÇÃO DE VALOR, SÓ A GENTE TEM.

O Valor Econômico tem a melhor equipe de jornalistas que apura e analisa as notícias que importam para o seu negócio.

Valor ECONÔMICO

Notícias que geram negócios.

Ligue e assine agora: (11) 2199-2199 (São Paulo)
0800-701-8888 (Outras localidades)
assinevalor.com.br

Tibre Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.

Empresa da Organização Bradesco

CNPJ 62.042.890/0001-51

Sede: Cidade de Deus - Prédio Prata - 4º Andar - Vila Yara - Osasco - SP

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Cotistas,

Submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2016, da Tibre Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. (Tibre DTVM), de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

No exercício, a Tibre DTVM registrou Lucro Líquido de R\$ 4,4 milhões, Patrimônio Líquido de R\$ 55,5 milhões e Ativos Totais de R\$ 58,2 milhões.

Osasco, SP, 1º de fevereiro de 2017.

Diretoria

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO - Em Reais mil

	2016	2015		2016	2015
ATIVO			PASSIVO		
CIRCULANTE	58.029	53.195	CIRCULANTE	2.660	2.197
DISPONIBILIDADES (Nota 4).....	41	46	OUTRAS OBRIGAÇÕES.....	2.660	2.197
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS (Nota 5a).....	57.959	53.141	Sociais e Estatutárias (Nota 10d).....	42	33
Carteira Própria.....	57.959	53.141	Fiscais e Previdenciárias (Nota 9a).....	2.497	2.087
OUTROS CRÉDITOS.....	29	8	Diversas (Nota 9b).....	121	77
Diversos (Nota 6).....	29	8	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	55.506	51.140
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	133	138	Capital:.....		
OUTROS CRÉDITOS.....	133	138	- De Domiciliados no País (Nota 10a).....	28.200	26.400
Diversos (Nota 6).....	133	138	Reservas de Lucros (Nota 10c).....	27.306	24.740
PERMANENTE	4	4			
INVESTIMENTOS (Nota 7).....	4	4			
Outros Investimentos.....	47	47			
Provisões para Perdas.....	(43)	(43)			
TOTAL	58.166	53.337	TOTAL	58.166	53.337

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - Em Reais mil

	2º Semestre 2016	Exercícios findos em 31 de dezembro	
		2016	2015
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	3.731	7.220	6.393
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários (Nota 5c).....	3.731	7.220	6.393
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	3.731	7.220	6.393
OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS	1.044	713	(496)
Outras Despesas Administrativas (Nota 11).....	(101)	(209)	(153)
Despesas Tributárias (Nota 12).....	(266)	(451)	(316)
Outras Receitas Operacionais (Nota 13a).....	1.498	1.500	1.500
Outras Despesas Operacionais (Nota 13b).....	(87)	(127)	(27)
RESULTADO OPERACIONAL	4.775	7.933	5.897
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	4.775	7.933	5.897
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (Nota 15a)	(2.111)	(3.525)	(2.431)
Provisão para Imposto de Renda.....	(1.156)	(1.933)	(1.414)
Provisão para Contribuição Social.....	(976)	(1.608)	(967)
Ativo Fiscal Diferido.....	21	16	(50)
LUCRO LÍQUIDO	2.664	4.408	3.466
Número de cotas (Nota 10a).....	28.200.000	28.200.000	26.400.000
Lucro por lote de mil cotas em R\$.....	94,47	156,31	131,29

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

1) CONTEXTO OPERACIONAL

A Tibre Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. ("Tibre DTVM" ou "Instituição") é uma instituição financeira que tem por objetivo efetuar operações de intermediação no mercado aberto, além de gerir e administrar recursos de terceiros. É parte integrante da Organização Bradesco, sendo suas operações conduzidas de forma integrada a um conjunto de empresas que atuam nos mercados financeiro e de capitais, utilizando-se de seus recursos administrativos e tecnológicos e suas demonstrações contábeis devem ser entendidas neste contexto.

2) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas a partir das diretrizes contábeis emanadas das Leis nº 4.595/64 (Lei do Sistema Financeiro Nacional) e 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações) com as alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e 11.941/09, para a contabilização das operações, associadas às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BACEN). Incluem estimativas e premissas, tais como: estimativas do valor justo de determinados instrumentos financeiros e perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*) de ativos não financeiros; e outras provisões. Os resultados efetivos podem ser diferentes daqueles estabelecidos por essas estimativas e premissas.

As demonstrações contábeis foram aprovadas pela Administração em 1º de fevereiro de 2017.

3) PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações contábeis estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Instituição.

b) Apuração do resultado

O resultado é apurado de acordo com o regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento. As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate, e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são apresentadas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As taxas e despesas de natureza financeira são contabilizadas pelo critério *pro rata* e calculadas com base no método exponencial. As operações com taxas pós-fixadas são atualizadas até a data do balanço.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda, aplicações no mercado aberto e aplicações em depósitos interfinanceiros, cujo vencimento das operações, na data da efetiva aplicação, seja igual ou inferior a 90 dias e apresentem risco insignificante de mudança de valor justo. Esses recursos são utilizados pela Instituição para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

d) Títulos e valores mobiliários - classificação

- Títulos para negociação - adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período;
- Títulos disponíveis para venda - são aqueles que não se enquadram como para negociação nem como mantidos até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período e ajustados ao valor de mercado em contrapartida ao patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários, os quais são reconhecidos no resultado quando da efetiva realização. A Instituição não possui títulos classificados nesta categoria; e
- Títulos mantidos até o vencimento - adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período. A Instituição não possui títulos classificados nesta categoria.

Os títulos e valores mobiliários classificados nas categorias de negociação e disponível para venda, bem como os instrumentos financeiros derivativos, são demonstrados no balanço patrimonial pelo seu valor justo estimado. O valor justo geralmente baseia-se em cotações de preços de mercado ou cotações de preços de mercado para ativos ou passivos com características semelhantes. Se esses preços de mercado não estiverem disponíveis, os valores justos são baseados em cotações de operadores de mercado, modelos de precificação, fluxo de caixa descontado ou técnicas similares, para as quais a determinação do valor justo possa exigir julgamento ou estimativa significativa por parte da Administração.

e) Imposto de renda e contribuição social (ativo e passivo)

Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, calculados sobre adições temporárias, são registrados na rubrica "Outros Créditos - Diversos", e as provisões para as obrigações fiscais diferidas são registradas na rubrica "Outras Obrigações - Fiscais e Previdenciárias".

Os créditos tributários sobre as adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Tais créditos tributários são reconhecidos contabilmente com base nas expectativas atuais de realização, considerando os estudos técnicos e análises realizadas pela Administração.

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10%. A contribuição social sobre o lucro foi calculada até agosto de 2015, considerando a alíquota de 15%. Para o período compreendido entre setembro de 2015 e dezembro de 2016, a alíquota foi alterada para 20%, conforme Lei nº 13.169/15, retornando à alíquota de 15% a partir de janeiro de 2019.

Em decorrência da alteração da alíquota, a Tibre DTVM constituiu, em setembro de 2015, um complemento do crédito tributário de contribuição social, considerando as expectativas anuais de realização e as suas respectivas alíquotas vigentes em cada período, de acordo com o estudo técnico realizado.

Foram constituídas provisões para os demais impostos e contribuições sociais, de acordo com as respectivas legislações vigentes.

f) Investimentos

Os incentivos fiscais e outros investimentos são avaliados pelo custo de aquisição, deduzidos de provisão para perdas/redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável.

b) Classificação por categorias e prazos

Títulos (1)	2016				2015	
	1 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Valor de mercado/ contábil (2)	Valor de custo atualizado
Títulos para negociação (3):						
Letras financeiras do tesouro.....	32.969	-	652	20.003	53.624	53.624
Debêntures.....	-	-	681	-	681	681
Operações compromissadas.....	-	-	-	-	-	-
Outros.....	-	1.420	2.234	-	3.654	3.654
Total em 2016	32.969	1.420	3.567	20.003	57.959	57.959
Total em 2015	14.865	3.163	2.216	32.897		53.141

(1) As aplicações em cotas de fundos de investimentos são efetuadas em fundos exclusivos administrados pela Organização Bradesco e foram distribuídas de acordo com os papéis que compõem suas carteiras, preservando a classificação da categoria dos fundos. Na distribuição dos prazos, foram considerados os vencimentos dos papéis, independentemente de sua classificação contábil;

(2) Nas aplicações em fundos de investimento, o custo atualizado reflete o valor de mercado das respectivas cotas; e

(3) Para fins de apresentação do Balanço Patrimonial os títulos classificados como "para negociação" estão demonstrados no ativo circulante.

c) Resultado de títulos e valores mobiliários

Corresponde ao resultado de títulos de renda fixa no montante de R\$ 7.220 mil (2015 - R\$ 6.393 mil).

d) A Tibre DTVM não operou com instrumentos financeiros derivativos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015.

6) OUTROS CRÉDITOS - DIVERSOS

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2016	2015
Créditos tributários (Notas 15c e d).....	151	135
Outros.....	11	11
Total	162	146

7) INVESTIMENTOS

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2016	2015
Investimentos por incentivos fiscais.....	46	46
Títulos patrimoniais.....	1	1
Subtotal	47	47
Provisão para perdas em investimentos por incentivos fiscais.....	(43)	(43)
Total	4	4

8) ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES LEGAIS - FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS

a) Ativos contingentes

Não são reconhecidos contabilmente ativos contingentes.

b) Passivos contingentes classificados como perdas possíveis e prováveis

A Instituição mantém um sistema de acompanhamento para todos os processos administrativos e judiciais em que a Instituição figura como "autora" ou "ré" e, amparada na opinião dos assessores jurídicos, classifica as ações de acordo com a expectativa de sucesso. Periodicamente são realizadas análises sobre as tendências jurisprudenciais e efetivada, se necessária, a reclassificação dos riscos desses processos. Neste contexto, os processos contingentes avaliados como de risco de perda possível não são reconhecidos contabilmente.

Em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, não há processos contingentes avaliados como de perda possível e/ou provável de natureza relevante.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Em Reais mil

	Capital Social	Reservas de Lucros Legal	Lucros Estatutárias	Lucros Acumulados	Totais
Eventos					
Saldos em 30.6.2016	28.200	493	24.175	-	52.868
Lucro Líquido.....	-	-	-	2.664	2.664
Destinações: - Reservas.....	-	133	2.505	(2.638)	-
- Dividendos Propostos.....	-	-	-	(26)	(26)
Saldos em 31.12.2016	28.200	626	26.680	-	55.506
Saldos em 31.12.2014	25.500	232	21.975	-	47.707
- Aumento de Capital com Reserva (Nota 10b).....	900	-	(900)	-	-
Lucro Líquido.....	-	-	-	3.466	3.466
Destinações: - Reservas.....	-	174	3.259	(3.433)	-
- Dividendos Propostos.....	-	-	-	(33)	(33)
Saldos em 31.12.2015	26.400	406	24.334	-	51.140
Aumento de Capital com Reserva (Nota 10b).....	1.800	-	(1.800)	-	-
Lucro Líquido.....	-	-	-	4.408	4.408
Destinações: - Reservas.....	-	220	4.146	(4.366)	-
- Dividendos Propostos.....	-	-	-	(42)	(42)
Saldos em 31.12.2016	28.200	626	26.680	-	55.506

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA - Em Reais mil

	2º Semestre 2016	Exercícios findos em 31 de dezembro	
		2016	2015
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais:			
Lucro Líquido antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	4.775	7.933	5.897
Lucro Líquido Ajustado antes dos Impostos Social	4.775	7.933	5.897
(Aumento) em Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros.....	-	-	-
Derivativos.....	(3.927)	(4.818)	(4.015)
(Aumento) em Outros Créditos.....	-	-	(1)
(Redução) em Outras Obrigações.....	53	84	16
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos.....	(900)	(3.171)	(1.876)
Caixa Líquido Proveniente das Atividades Operacionais	1	28	21
Dividendos Pagos.....	-	(33)	(26)
Caixa Líquido (Utilizado) de Atividades de Financiamentos	-	(33)	(26)
Aumento/(Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa	1	(5)	(5)
Caixa e Equivalentes de Caixa - Início do Período.....	40	46	51
Caixa e Equivalentes de Caixa - Fim do Período.....	41	41	46
Aumento/(Redução) Líquida, de Caixa e Equivalentes de Caixa	1	(5)	(5)

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

g) Redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*)

Os ativos financeiros e não financeiros são avaliados para verificar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido uma perda no seu valor contábil.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de processo de falência ou mesmo, um declínio significativo ou prolongado do valor do ativo.

Uma perda por redução ao valor recuperável (*impairment*) de um ativo financeiro ou não financeiro é reconhecida no resultado do período se o valor contábil do ativo ou unidade geradora de caixa exceder o seu valor recuperável.

h) Provisões, ativos e passivos contingentes

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e passivas e também das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25, o qual foi aprovado pela Resolução nº 3.823/09 do CMN, sendo:

- Ativos contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo, e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro passivo exigível. Os ativos contingentes, cuja expectativa de êxito é provável, são divulgados nas notas explicativas;
- Provisões: são constituídas levando em consideração à opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de Tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável ou que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança; e
- Passivos contingentes: de acordo com o CPC 25, o termo "contingente" é utilizado para passivos que não são reconhecidos, pois a sua existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros e incertos que não estejam totalmente sob o controle da Administração. Os passivos contingentes não satisfazem os critérios de reconhecimento, pois são considerados como perdas possíveis, devendo apenas ser divulgados em notas explicativas, quando relevantes. As obrigações classificadas como remotas não são provisionadas e nem divulgadas.

i) Outros ativos e passivos

Os ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos (em base *pro rata* dia) e provisão para perda, quando julgada necessária. Os passivos demonstrados incluem os valores conhecidos e mensuráveis, acrescidos dos encargos e das variações monetárias incorridas (em base *pro rata* dia).

j) Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para sua emissão. São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

4) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

A Instituição possui disponibilidades em moeda nacional no montante de R\$ 41 mil (2015 - R\$ 46 mil).

5) TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

a) Composição da carteira distribuída pelas rubricas de publicação

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2016	2015
Carteira própria		
Cotas de fundos de investimentos.....	57.959	53.141
Total	57.959	53.141

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2016	2015
OUTRAS OBRIGAÇÕES		
Fiscais e previdenciárias		
Impostos e contribuições sobre o lucro a pagar.....	2.467	2.058
Impostos e contribuições a recolher.....	30	29
Total	2.497</	

Tibre Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.

Empresa da Organização Bradesco

CNPJ 62.042.890/0001-51

Sede: Cidade de Deus - Prédio Prata - 4º Andar - Vila Yara - Osasco - SP

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

c) Reservas de lucros

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2016	2015
Reservas de lucros	27.306	24.740
- Reserva legal (1).....	626	406
- Reserva estatutária (2).....	26.680	24.334

(1) Constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do exercício, até atingir 20% do capital social realizado, ou 30% do capital social, acrescido das reservas de capital. Após esse limite a apropriação não mais se faz obrigatória. A reserva legal somente poderá ser utilizada para aumento de capital ou para compensar prejuízos; e

(2) Visando à manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas da Sociedade, pode ser constituída em 100% do lucro líquido remanescente após destinações estatutárias, sendo o saldo limitado a 80% do Capital Social Integralizado. No caso de o saldo das reservas de lucros ultrapassarem o limite previsto, a Reunião de Sócios Cotistas deliberará sobre o excesso por meio da integralização como aumento de capital social ou na distribuição de dividendos.

d) Dividendos e juros sobre o capital próprio

Aos Sócios Cotistas estão assegurados juros sobre o capital próprio e/ou dividendo mínimo obrigatório, em cada exercício, que somados não seja inferior a 1% do lucro líquido ajustado, nos termos da legislação societária. Fica a Diretoria autorizada a declarar e pagar dividendos intermediários, especialmente semestrais e mensais, utilizando-se das contas de Reservas de Lucros existentes, e, podendo ainda, autorizar a distribuição de lucros a título de juros sobre o capital próprio em substituição total ou parcial aos dividendos intermediários, ou, em adição aos mesmos.

O cálculo dos dividendos relativos aos exercícios findos em 31 de dezembro está demonstrado a seguir:

	R\$ mil	
	2016	2015
Lucro líquido.....	4.408	3.466
(-) Reserva legal - 5% sobre o lucro.....	(220)	(174)
Base de cálculo	4.188	3.292
Dividendos propostos.....	42	33
Percentual em relação ao lucro líquido ajustado	1,0%	1,0%
Valor em Reais por lote de mil cotas	1,49	1,25

11) OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2016	2015
Publicação.....	109	88
Serviços técnicos especializados.....	62	45
Serviços do sistema financeiro.....	20	14
Contribuições filantrópicas.....	11	-
Outras.....	7	6
Total	209	153

12) DESPESAS TRIBUTÁRIAS

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2016	2015
Contribuição à COFINS.....	349	256
Contribuição ao PIS.....	57	42
Outros impostos e taxas.....	45	18
Total	451	316

13) OUTRAS RECEITAS/(DESPESAS) OPERACIONAIS

a) Outras receitas operacionais

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2016	2015
Outras receitas operacionais (1).....	1.500	-
Total	1.500	-

(1) Valor referente à atualização monetária sobre levantamento de depósito judicial relativo à anistia fiscal.

b) Outras despesas operacionais

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2016	2015
Outras despesas financeiras.....	46	27
Patrocínios de caráter cultural.....	41	-
Outras despesas operacionais.....	40	-
Total	127	27

14) TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a) As transações com partes relacionadas (diretas e indiretas) são efetuadas em condições e taxas compatíveis com as médias praticadas com terceiros, quando aplicável, vigentes nas datas das operações. As principais transações estão assim representadas:

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2016	2015
Ativos		
Disponibilidades (2).....	41	46
Passivo		
Dividendos a pagar (1).....	(42)	(33)

(1) Controlador direto - Banco Bradesco Financiamentos S.A.; e

(2) Controlador indireto - Banco Bradesco S.A.

b) Remuneração do pessoal-chave da Administração

Anualmente na Reunião de sócio cotistas é fixado:

• O montante global anual da remuneração dos Administradores, que é definido em reunião do Conselho de Administração da Organização Bradesco, a ser paga aos membros do próprio Conselho e da Diretoria, conforme determina o Estatuto Social; e

• A verba destinada a custear Planos de Previdência Complementar aberta dos Administradores, dentro do Plano de Previdência destinado aos Funcionários e Administradores da Instituição.

Não foi fixada remuneração aos Administradores da Sociedade, tendo em vista que todos já recebem remuneração pelas funções que exercem no Banco Bradesco S.A., controlador indireto, em consonância com a prática da Organização Bradesco.

A Instituição não possui benefícios de longo prazo, de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração em instrumento baseado em ações, nos termos do CPC 10 - Pagamento Baseado em Ações, aprovado pela Resolução CMN nº 3.989/11, para seu pessoal-chave da Administração.

Outras informações

Conforme legislação em vigor, as instituições financeiras não podem conceder empréstimos ou adiantamentos para:

- Diretores e membros dos Conselhos consultivos ou administrativo, fiscais e semelhantes, bem como aos respectivos cônjuges e parentes até o 2º grau;
 - Pessoas físicas ou jurídicas que participem de seu capital, com mais de 10%; e
 - Pessoas jurídicas de cujo capital participem, com mais de 10%, a própria instituição financeira, quaisquer diretores ou administradores da própria instituição, bem como seus cônjuges e respectivos parentes até o 2º grau.
- Dessa forma, não são efetuados pelas instituições financeiras empréstimos ou adiantamentos a qualquer subsidiária, membros do Conselho de Administração ou da Diretoria Executiva e seus familiares.

15) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2016	2015
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	7.933	5.897
Encargo total do imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes (1).....	(3.569)	(2.653)
Efeito das adições e exclusões no cálculo dos tributos:		
Despesas indutíveis líquidas de receitas não tributáveis.....	(26)	(2)
Crédito tributário (2).....	-	10
Outros valores.....	70	214
Imposto de renda e contribuição social do exercício	(3.525)	(2.431)

(1) Alíquotas vigentes: (i) de 25% para o imposto de renda; (ii) de 15% para a contribuição social até agosto de 2015 e de 20%, de setembro de 2015 até dezembro de 2018, de acordo com a Lei nº 13.169/15; e

(2) Constituição de crédito tributário relativo à majoração de alíquota da contribuição social, conforme Lei nº 13.169/15.

b) Composição da conta de resultado de imposto de renda e contribuição social

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2016	2015
Impostos correntes		
Imposto de renda e contribuição social, devidos.....	(3.540)	(2.441)
Impostos diferidos		
Constituição/(realização) no exercício, sobre adições temporárias.....	15	10
Imposto de renda e contribuição social do exercício	(3.525)	(2.431)

c) Origem dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos

	R\$ mil			
	Saldo em 31.12.2015	Constituição	Realização	Saldo em 31.12.2016
Provisões para perda com incentivos fiscais.....	103	-	-	103
Outras provisões (1).....	32	127	(111)	48
Total dos créditos tributários sobre diferenças temporárias (Nota 6)	135	127	(111)	151

(1) Valores referentes à provisão para publicação e honorários advocatícios.

d) Previsão de realização dos créditos tributários sobre diferenças temporárias

	Em 31 de dezembro de 2016 - R\$ mil		
	Diferenças temporárias	Contribuição social	Total
2017.....	17	12	29
2018.....	22	14	36
2019.....	22	14	36
2020.....	17	12	29
2021.....	12	9	21
Total (Nota 6)	90	61	151

A projeção de realização de crédito tributário é uma estimativa e não está diretamente relacionada à expectativa de lucros contábeis. O valor presente dos créditos tributários, calculado considerando a taxa média de captação, líquida dos efeitos tributários, monta a R\$ 141 mil (2015 - R\$ 129 mil).

Todos os créditos tributários da Tibre DTVM foram devidamente ativados.

16) OUTRAS INFORMAÇÕES

a) Gerenciamento de riscos

A atividade de gerenciamento dos riscos é altamente estratégica em virtude da crescente complexidade dos serviços e produtos, e da globalização dos negócios da Organização Bradesco. O dinamismo dos mercados nos conduz a um constante aprimoramento desta atividade, na busca das melhores práticas.

A Organização Bradesco exerce o controle corporativo dos riscos de modo integrado e independente, preservando e valorizando o ambiente de decisões colegiadas, desenvolvendo e implementando metodologias, modelos, ferramentas de mensuração e controle. A Tibre DTVM, como parte integrante da Organização Bradesco adota a estrutura de gerenciamento de riscos desta, no gerenciamento de risco de crédito, de mercado, de liquidez e operacional.

b) Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu vários pronunciamentos contábeis, bem como suas interpretações e orientações, os quais serão aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovados pelo CMN. Os pronunciamentos contábeis já aprovados pelo CMN foram:

- Resolução nº 3.566/08 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos (CPC 01);
- Resolução nº 3.604/08 - Demonstração do Fluxo de Caixa (CPC 03);
- Resolução nº 3.750/09 - Divulgação sobre Partes Relacionadas (CPC 05);
- Resolução nº 3.823/09 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes (CPC 25);
- Resolução nº 3.973/11 - Evento Subsequente (CPC 24);
- Resolução nº 3.989/11 - Pagamento Baseado em Ações (CPC 10);
- Resolução nº 4.007/11 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro (CPC 23);
- Resolução nº 4.144/12 - Estrutura Conceitual para a Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis; e
- Resolução nº 4.424/15 - Benefícios a Empregados (CPC 33).

Atualmente, não é possível estimar quando o CMN irá aprovar os demais pronunciamentos contábeis do CPC e tampouco se a adoção dos mesmos será de maneira prospectiva ou retrospectiva.

c) Não houve eventos subsequente que, requeiram ajustes ou divulgações, nas demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2016.

A DIRETORIA

Luiz Filipe Lopes Soares – Contador – CRC 1SP208127/O-5

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Cotistas e aos Administradores da

Tibre Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.

Osasco - São Paulo

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Tibre Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. ("Instituição"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Tibre Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Osasco, 20 de fevereiro de 2017

KPMG

KPMG Auditores Independentes

CRC 2SP028567/O-1 F-SP

André Dala Pola

Contador CRC 1SP214007/O-2



Certificação Digital.

Segura, ágil e 100% confiável.

Imprensa Oficial, a Autoridade Certificadora Oficial do Governo do Estado de São Paulo.

IMAGENS ILUSTRATIVAS

www.imprensaoficial.com.br



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

Sumário Caderno Empresarial 2

BALANÇO	
ELEKTRO REDES S.A.....	4
TIBRE DTVM LTDA.....	2

Diário Oficial

Empresarial 2
Estado de São Paulo

Volume 127 • Número 35
São Paulo, terça-feira, 21 de fevereiro de 2017

Página 3

imprensaoficial
GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO